

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
14º Concurso Público para provimento de cargos de Procurador da República

Gabarito no final

PROVA OBJETIVA

Prezado (a) Candidato (a),

LEIA ATENTAMENTE as instruções abaixo, enquanto aguarda o sinal de início da prova.

1. VERIFIQUE com a maior atenção, este CADERNO DE PROVA. Deve conter 120 (cento e vinte) questões. Constatando qualquer anormalidade (página sem impressão, página repetida, ausência de página e correspondentes questões, impressão defeituosa), solicite imediatamente a substituição.

NÃO SERÃO ACEITAS RECLAMAÇÕES FORMULADAS APÓS O INÍCIO DA PROVA.

2. PARA SUA SEGURANÇA:

- a) Procure utilizar bem o tempo de prova;
- b) Responda inicialmente as questões que lhe parecerem mais fáceis, deixando para o final aquelas que requerem exame ou consulta mais aprofundada;
- c) Assinale a alternativa escolhida no Caderno de Prova;
- d) Reveja as questões, conferindo sua resposta ANTES de registrar sua opção na Folha de Respostas-RASCUNHO;
- e) Encerrando o registro de sua opções na Folha de Respostas-RASCUNHO, solicite ao Fiscal mais próximo, a sua Folha de Respostas, para transcrição de suas escolhas em definitivo.

NÃO HAVERÁ SUBSTITUIÇÃO DA FOLHA DE RESPOSTAS.

2. ATENÇÃO – SUA FOLHA DE RESPOSTAS SERÁ CORRIGIDA POR LEITURA ÓTICA.
POSTANTO:

- f) Marque suas respostas observando o exemplo abaixo e as indicações constantes da Folha de Respostas;
- g) Ao transcrever suas opções para a Folha de Respostas, USE somente CANETA ESFEROGRÁFICA nas cores AZUL ou PRETA;
- h) Terminando de transcrever suas opções, chame o fiscal mais próximo e devolva o Caderno de Prova utilizado e a Folha de Respostas preenchida;
- i) Há uma única alternativa CORRETA
- j) DESCONHECENDO A RESPOSTA CORRETA, É IMPRESCINDÍVEL ASSINALAR NA FOLHA DE RESPOSTAS A ALTERNATIVA (E);

4. LEMBRE-SE:

- k) QUATRO RESPOSTAS ERRADAS ANULAM UMA CERTA;
- l) Deixando em branco – ALTERNATIVA E – você não será penalizado;

A INCORREÇÃO OU RASURA NO PREENCHIMENTO PODERÁ PREJUDICÁ-LO

GRUPO I - CONSTITUCIONAL, ADMINISTRATIVO, TRIBUTÁRIO

1. O poder constituinte derivado exercido pelo Congresso Nacional para reformar a Constituição:
 - a) É limitado apenas pelas cláusulas pétreas;
 - b) Não é inicial, mas é ilimitado e autônomo;
 - c) É condicionado e secundário, mas tem limitações apenas materiais;
 - d) Tem limitações circunstanciais e substanciais.

2. O controle jurisdicional de constitucionalidade, de acordo com a Constituição de 1988, é exercido:
 - a) Pelo Supremo Tribunal Federal, que tem a função de Corte Constitucional, e ainda pelos Tribunais Superiores da União e Tribunais de Justiça dos Estados, excluídos os Juízes Singulares;
 - b) Por qualquer Juiz ou Tribunal do país nos casos concretos e, em tese, em se tratando de lei ou ato normativo federal ou estadual, apenas pelo Supremo Tribunal Federal;
 - c) Pelo Supremo Tribunal Federal apenas em tese, cabendo o controle da constitucionalidade nos casos concretos aos Tribunais Regionais Federais e aos Tribunais Superiores da União;
 - d) Pelo Supremo Tribunal Federal, com exclusão de qualquer outro Tribunal ou Juízo.

3. A ação direta de inconstitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal pode ser proposta:
 - a) Por qualquer cidadão visando a anular ato lesivo ao patrimônio público e à moralidade administrativa;
 - b) Exclusivamente pelo Procurador-Geral da República que é o dominus litis;
 - c) Pelo Presidente da República, a Mesa do Senado Federal, a Mesa da Câmara dos Deputados, a Mesa da Assembléia Legislativa, o Governador de Estado, o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, Partido Político com representação no Congresso Nacional, Confederação Sindical ou entidade de classe de âmbito nacional, além do Procurador-Geral da República, que deverá ainda emitir parecer em todas as ações;
 - d) Pelo Procurador-Geral da República e pelo Advogado-Geral da União.

4. O mandado de injunção:
 - a) Diz respeito à inconstitucionalidade por omissão mas, diferentemente da ação direta, pode ser impetrado por quem não possa exercer direitos e liberdades constitucionais por falta de norma regulamentadora.
 - b) Como o mandado de segurança coletivo, visa a obter a proteção de direitos através de normas gerais, mas refere-se apenas aos casos de omissão da autoridade pública;
 - c) Tem natureza jurídica semelhante à do mandado de segurança, mas refere-se à proteção de direitos em casos de ilegalidade ou abuso de poder por omissão da autoridade coatora;
 - d) Visa a garantir o exercício de direitos fundamentais através de ordem judicial proibindo a autoridade pública de violar a Constituição.

5. Como instituição essencial à função jurisdicional do estado, segundo a Constituição, compete ao Ministério Público:
 - I. Defender a ordem jurídica e o regime democrático;
 - II. Promover, privativamente, ação penal pública, na forma da lei;
 - III. Promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social e do meio ambiente;
 - IV. Zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos aos direitos assegurados pela Constituição, através de assessoria jurídica à Administração para esse fim.

Analisando-se as asserções acima, pode-se afirmar que:

- a) As de números I, II e III estão corretas;
 - b) Estão corretas apenas as de números I, II e IV;
 - c) Todas estão corretas;
 - d) Apenas as de números I e II estão corretas.
6. São princípios do Estado Democrático de Direito, assegurados pela Constituição:
- I. A liberdade de expressão e de pensamento;
 - II. Os princípios da legalidade e da igualdade perante a lei;
 - III. A república e a federação;
 - IV. Eleições periódicas para o Legislativo e o Executivo por voto universal, secreto e direto.

Analisando-se as asserções acima, pode-se afirmar que:

- a) Todas estão corretas;
 - b) Estão corretas apenas as de números I, II e III;
 - c) As de números I, II e IV estão corretas;
 - d) Apenas as de números I e II estão corretas.
7. No processo legislativo, segundo a Constituição:
- I. A matéria constante de projeto de lei ou de proposta de emenda constitucional rejeitados, somente poderá ser objeto de novo projeto ou nova proposta, na mesma Sessão Legislativa, mediante proposição da maioria absoluta dos membros de qualquer das Casas do Congresso Nacional;
 - II. O eleitorado nacional pode propor projeto de lei, subscrito por, no mínimo, um por cento dos seus componentes, distribuídos pelo menos por cinco Estados, com não menos de três décimos por cento dos eleitores de cada um deles;
 - III. A iniciativa das leis cabe exclusivamente aos Deputados e Senadores, podendo o Presidente da República, em casos de relevância e urgência, adotar medidas provisórias com força de lei, devendo submetê-las de imediato ao Congresso Nacional;
 - IV. O projeto de lei aprovado pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal mas vetado pelo Presidente da República, somente será enviado para promulgação se rejeitado o veto pelo voto nominal e aberto da maioria absoluta dos membros de cada uma das Casas do Congresso Nacional.

Analisando as assertivas acima, pode-se afirmar que:

- a) As de números I, II e III estão corretas;
 - b) Todas estão corretas;
 - c) Apenas a de número II está correta;
 - d) As de números I, III e IV estão corretas.
8. No Direito Constitucional Brasileiro, de acordo com a Constituição de 1988:
- I. Aos litigantes, apenas em processo judicial, de natureza penal ou civil, são assegurados o contraditório e a ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes;
 - II. Sem o devido processo legal, ninguém será privado de sua liberdade ou propriedade;
 - III. A lei não poderá excluir da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito, salvo nas hipóteses de tributos e contribuições previdenciárias enquanto objeto de contencioso administrativo;

IV. A presunção de inocência deixa de existir a partir da denúncia, confirmando-se a culpa com a sentença penal condenatória, sem prejuízo da retroatividade benéfica para o acusado nas hipóteses de lei mais benigna ou provimento de recurso.

Analisando-se as asserções acima, pode-se afirmar que:

- a) Todas estão corretas;
- b) Apenas as de números I, II e III estão corretas;
- c) As de números II, III e IV estão corretas;
- d) Somente a de número II está correta.

9. A Constituição Federal assegura o direito de greve:

- a) A todos os trabalhadores, aos servidores públicos e aos militares, desde que através dos respectivos sindicatos;
- b) Aos trabalhadores e aos servidores públicos, sendo que no caso destes últimos o direito será exercido nos termos e limites definidos em lei complementar;
- c) Aos trabalhadores, aos servidores públicos civis e aos militares, sendo que estes últimos somente em caso de sindicalização;
- d) A todos os trabalhadores, inclusive servidores públicos, sem estabelecimento de condições ou limites.

10. Segundo a Constituição Federal, ao definir os âmbitos de competência da União, dos Estados e do Distrito Federal:

- a) É da competência privativa da União legislar sobre direito civil, penal, administrativo e tributário, dentre outros ramos do direito, podendo os Estados legislar apenas supletivamente sobre os dois últimos ramos citados;
- b) A União e os Estados podem legislar concorrentemente sobre procedimentos em matéria processual mas não o Distrito Federal, que deve seguir o rito estabelecido em lei federal;
- c) Os Estados poderão legislar sobre questões específicas de matérias da competência privativa da União desde que autorizados por lei complementar federal;
- d) Compete privativamente à União legislar sobre águas e energia, bem como o controle da poluição visando a conservar a natureza e proteger o meio ambiente.

11. A decretação de intervenção federal nos estados :

- a) É ato da competência privativa do Presidente da República, devendo ser submetido, em qualquer hipótese, à apreciação pelo Congresso Nacional;
- b) Não dependerá de apreciação do Congresso Nacional nas hipóteses de intervenção para garantir o livre exercício de qualquer dos Poderes nas unidades da Federação;
- c) Dispensa a apreciação pelo Congresso Nacional na hipótese de provimento pelo Supremo Tribunal Federal de representação do Procurador Geral da República para assegurar a observância dos princípios sensíveis da Federação;
- d) Para prover a execução de lei federal, ordem ou decisão judicial, deve ser apreciada pelo Congresso Nacional após a requisição do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça ou do Tribunal Superior Eleitoral.

12. É da competência privativa do Presidente da República, como chefe de Estado e chefe do Governo :

- I. manter relações com Estados estrangeiros, acreditando seus representantes diplomáticos no país, bem como celebrar tratados, convenções e atos internacionais, dispensado o referendo do Congresso Nacional;

- II. exercer a direção superior da administração federal com o auxílio dos Ministros de Estado por ele nomeados, que somente podem ser exonerados com prévia aprovação do Senado Federal, por maioria absoluta e por voto secreto;
- III. Iniciar o processo legislativo em todas as matérias que não sejam da iniciativa exclusiva do Congresso Nacional e editar medidas provisórias com força de lei, em casos de relevância e urgência, sobre matéria tributária, financeira e administrativa;
- IV. Dispor sobre a organização e o funcionamento da administração federal, na forma da lei, bem como conceder indulto e comutar penas, com audiência, se necessário, dos órgãos instituídos em lei, podendo delegar tais atribuições aos Ministros de Estados, ao Procurador-Geral da República ou ao Advogado-Geral da União.

Analisando-se as assertivas acima, pode-se afirmar que:

- a) Todas estão corretas;
- b) Apenas as de números II, III e IV estão corretas;
- c) Somente a de número IV está correta;
- d) As de números I, II e III estão corretas.

13. São princípios da ordem econômica, de acordo com a Constituição Federal:

- a) O monopólio estatal dos meios de produção para assegurar o pleno emprego e a redução das desigualdades regionais e sociais, salvo quando necessária a iniciativa privada e a livre concorrência como imperativos da segurança nacional ou de relevante interesse coletivo;
- b) A propriedade privada, a livre concorrência e o tratamento favorecido para as empresas de pequeno porte constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sua sede e administração no país;
- c) A defesa do consumidor e do meio ambiente desde que não interfira nas atividades econômicas e mediante prévia autorização dos órgãos públicos;
- d) A soberania nacional, salvo investimentos de capital estrangeiro no país imunes à legislação pátria e regulados apenas por tratados e convenções internacionais.

14. O Poder Legislativo, de acordo com a Constituição Federal, é organizado:

- a) Unicameralmente nos Estados e na União Federal, onde funcionam respectivamente, as Assembléias Legislativas e o Congresso Nacional;
- b) No âmbito federal, segundo sistema bicameral no qual o Senado compõe-se de representantes dos Estados e do Distrito Federal e a Câmara dos Deputados de representantes do povo em cada Estado, Território e no Distrito Federal;
- c) Nos Estados Federados, pelas Constituições e Leis que adotarem, sem qualquer limitação à sua capacidade de auto-organização;
- d) No Distrito Federal e nos Municípios, pelas respectivas leis orgânicas, sendo vedados quaisquer parâmetros federais relativamente ao número de representantes e respectivos mandatos na Câmara Legislativa e nas Câmaras Municipais, sob pena de violação da autonomia municipal e do Distrito Federal.

15. Os membros do Ministério Público, segundo a Constituição Federal:

- a) Não têm quaisquer vedações no exercício de suas funções institucionais, mas apenas garantias para atuar com independência, como agentes políticos, dentro dos limites de sua consciência;
- b) Têm garantias e vedações distintas da magistratura, o que lhes permite, como agentes políticos, agir contra a ordem jurídica nas hipóteses de leis constitucionais, mas injustas, que, a seu ver, prejudiquem interesses sociais da sociedade brasileira;
- c) Têm vedações e garantias análogas às da magistratura que lhes asseguram a isenção e a independência para, no exercício de suas funções institucionais, cumprir e fazer cumprir a Constituição e as leis do país;

d) Não têm quaisquer garantias, mas apenas vedações que os impedem de exercer a advocacia e atividade político-partidária por não terem sido eleitos pelo voto popular numa democracia representativa.

16. O Poder Judiciário no Brasil, conforme estabelece a Constituição Federal:

I. Está submetido a sistema de controle interno com a finalidade de avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, na prestação do exercício da jurisdição, bem como a controle externo de sua função jurisdicional pelos Tribunais de Contas dos Estados e da União, tendo em vista os recursos financeiros e orçamentários alocados para tal fim.

II. Compõe-se de Juízes e Tribunais Federais, Estaduais e Municipais, além de juízes de paz eleitos pelo voto popular para mandato de quatro anos sem função jurisdicional;

III. Tem autonomia administrativa e financeira, cabendo ao Supremo Tribunal Federal encaminhar as propostas orçamentárias da própria Corte, dos Tribunais Superiores da União e dos Tribunais de Justiça dos Estados.

IV. É composto da Justiça Federal comum e da especializada, abrangendo esta a Justiça do Trabalho, a Justiça Eleitoral e a Justiça Militar, e ainda da Justiça dos Estados, do Distrito Federal e Territórios, tendo como órgãos de cúpula o Supremo Tribunal Federal e os Tribunais Superiores da União.

Analisando-se as asserções acima, pode-se afirmar que:

- a) Estão corretas as de números III e IV;
- b) Apenas as de números I, III e IV estão corretas;
- c) Somente a de número IV está correta;
- d) As de números I, II e III estão corretas.

17. Sobre os atos da administração é correto afirmar :

- a) Em face do princípio da independência dos Poderes, somente o Poder Executivo pratica atos administrativos;
- b) A Administração, sempre que pratica um ato regido pelo direito privado, libera-se de todos os princípios de direito público, inclusive o da licitação;
- c) A Administração pratica exclusivamente atos administrativos, jamais agindo em pé de igualdade em relação ao administrado;
- d) Nenhuma alternativa é correta.

18. Sobre a finalidade, como requisito do ato administrativo, é correto afirmar:

- a) Haverá vício de finalidade apenas e tão-somente no caso de o administrador praticar o ato buscando um objetivo alheio ao interesse público, sendo irrelevante perquirir se o fim específico inerente à natureza do ato foi perseguido;
- b) Haverá vício de finalidade quando o administrador observar de maneira incompleta as formalidades indispensáveis à existência do ato;
- c) Haverá vício de finalidade quando o ato não estiver motivado;
- d) Nenhuma alternativa é correta.

19. Sobre os atributos dos atos administrativos é correto afirmar:

- a) a Administração, ao encontrar resistência do Administrado à execução de um ato administrativo, deve recorrer sempre ao Poder Judiciário, tendo em vista o princípio elementar segundo o qual a ninguém é dado fazer justiça com as próprias mãos;
- b) O ato administrativo, tendo em vista a supremacia de poder inerente à Administração Pública, é dotado da presunção jure et de jure de legitimidade;
- c) A Administração, tendo em vista a imperatividade de seus atos, pode, unilateralmente, constituir os administrados em obrigações;

- d) Nenhuma alternativa é correta.
20. Sobre a extinção dos atos administrativos é correto afirmar:
- a) A extinção do ato administrativo por motivos de conveniência e oportunidade, tendo em vista o primado da supremacia do interesse público sobre o privado, opera com efeitos ex tunc;
 - b) A extinção do ato administrativo eivado de vícios de legalidade é de competência exclusiva do Poder Judiciário, já que, pelo princípio da presunção de legitimidade dos atos dessa natureza, a Administração não pode anulá-los;
 - c) A extinção por razões de conveniência e oportunidade pode ser levada a efeito tanto pelo Poder Judiciário como pela própria Administração, operando com efeitos ex nunc;
 - d) Nenhuma alternativa é correta.
21. Sobre a personalidade das entidades e dos órgãos que integram a Administração é correto afirmar:
- a) Tanto as empresas públicas como as sociedades de economia mista possuem personalidade jurídica de direito privado;
 - b) As empresas públicas têm personalidade jurídica de direito público, enquanto as sociedades de economia mista possuem personalidade de direito privado;
 - c) Os Ministérios, as autarquias e as fundações instituídas pelo Poder Público têm personalidade jurídica própria, de direito público;
 - d) Nenhuma alternativa é correta.
22. Sobre o concurso público é correto afirmar:
- a) Com a homologação do resultado do concurso, os candidatos aprovados adquirem o direito à nomeação, nos limites das vagas previstas no edital do certame;
 - b) As sociedades de economia mista exploradoras de atividade econômica sujeitam-se ao regime jurídico das empresas privadas, estando todas as suas contratações dispensadas da realização de concurso;
 - c) O candidato aprovado em primeiro lugar no concurso adquire o direito à nomeação quando um terceiro estranho ao concurso é nomeado para o cargo;
 - d) Nenhuma alternativa é correta.
23. Sobre a acumulação de cargos públicos é correto afirmar:
- a) É vedada ao magistrado aposentado a acumulação dos proventos da aposentadoria com vencimentos relativos a um cargo de professor;
 - b) É permitida a acumulação remunerada de um cargo técnico com um cargo de professor, independentemente da correlação de matérias e compatibilidade de horários;
 - c) É permitida a acumulação remunerada de um cargo de médico de uma fundação pública do Distrito Federal com dois cargos de professor de uma fundação pública da União;
 - d) Nenhuma alternativa é correta.
24. Sobre o servidor federal estável é correto afirmar:
- a) Somente poderá ser demitido em virtude de sentença judicial transitada em julgado;
 - b) Pode ser colocado em disponibilidade não remunerada no caso de extinção do cargo;
 - c) Pode ser reconduzido ao cargo anteriormente ocupado caso seja inabilitado em estágio probatório relativo a outro cargo;
 - d) Nenhuma alternativa é correta.
25. Sobre o Regime Jurídico dos bens públicos é correto afirmar:

- a) Os bens imóveis destinados ao uso comum do povo, após desafetados e passados à categoria dos bens dominicais, podem ser alienados independentemente de autorização legislativa;
- b) A simples concessão de direito real de uso não se sujeita à prévia necessidade de licitação;
- c) A venda de bens móveis não se sujeita à prévia necessidade de autorização legislativa;
- d) Nenhuma alternativa é correta.
26. Sobre a desapropriação é correto afirmar:
- a) A União, os Estados e os Municípios poderão desapropriar, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo a sua função social, mediante justa indenização em títulos da dívida agrária;
- b) A alegação de desvio de finalidade por parte do ato expropriatório não pode ser feita na contestação à ação de desapropriação, consoante entendimento jurisprudencial dominante;
- c) Em face do princípio da função social da propriedade, antes da sentença da ação expropriatória, o expropriante pode imitir-se provisoriamente na posse do imóvel, ainda que não se trate de caso de urgência;
- d) Nenhuma alternativa é correta.
27. Sobre a desapropriação de bens públicos, é correto afirmar:
- a) A União pode desapropriar bens do domínio do Distrito Federal;
- b) Um Município pode desapropriar bens do domínio do Estado;
- c) Um Estado pode desapropriar bens do domínio de uma autarquia federal;
- d) Nenhuma alternativa é correta.
28. Sobre a responsabilidade civil da administração é correto afirmar:
- a) desde que a vítima demonstre o nexo de causalidade entre uma conduta administrativa e o dano, a Administração está obrigada a indenizar, ainda que o evento tenha decorrido de culpa exclusiva do lesado;
- b) Para obter indenização, basta ao lesado indagar o nexo de causalidade entre a conduta administrativa e o prejuízo, podendo o Poder Público, para atenuar ou excluir a responsabilidade, demonstrar culpa concorrente ou exclusiva da vítima;
- c) O Estado somente estará obrigado a reparar o dano se o lesado lograr demonstrar que o agente público agiu com culpa;
- d) Nenhuma alternativa é correta.
29. Segundo o sistema tributário nacional, a imunidade recíproca :
- a) Estende-se aos serviços públicos concedidos;
- b) Não se estende aos serviços públicos concedidos;
- c) Somente se estende aos serviços públicos concedidos naqueles casos que o legislador complementar vier a autorizar;
- d) Nenhuma alternativa é correta.
30. A regra contida no § 4º, 2ª parte, do art. 153, da Constituição Federal configura:
- a) Imunidade;
- b) Não incidência;
- c) Isenção;
- d) Exclusão temporária de tributação em fomento à fixação da família no campo.
31. O Espólio é responsável pelos tributos devidos pelo de cujus :

- a) Pessoalmente;
 - b) Solidariamente;
 - c) Subsidiariamente;
 - d) Por substituição.
32. É correto afirmar :
- a) A capacidade tributária depende da capacidade civil;
 - b) O pai do menor, perante o Fisco, responde como sucessor;
 - c) A capacidade tributária independe da capacidade civil;
 - d) Que é incapaz, sob o ponto de vista tributário, o profissional que, suspenso do exercício das suas atividades, vier assim mesmo a exercê-las.
33. A exoneração legal do pagamento de imposto lançado configura:
- a) Anistia;
 - b) Remissão;
 - c) Prescrição;
 - d) Exclusão.
34. Assinale a alternativa correta:
- a) A competência tributária e a capacidade tributária ativa se confundem;
 - b) A competência tributária e a capacidade tributária ativa são intransferíveis;
 - c) Somente a competência tributária é indelegável;
 - d) Nenhum desses enunciados é verdadeiro.
35. A relação contida no art. 153, da Constituição Federal, que trata dos impostos de competência da União, é:
- a) Exaustiva;
 - b) Exemplificativa;
 - c) Exemplificativa se as demais pessoas políticas de direito constitucional interno não exercerem a faculdade legislativa tributária;
 - d) Exaustiva para as exações vinculadas.
36. A parte da lei do imposto territorial rural que estabelece exação mais onerosa sobre imóveis inexplorados ou de baixa produtividade, conceitua-se como :
- a) Parafiscalidade;
 - b) Fiscalidade;
 - c) Extrafiscalidade;
 - d) Exceção ao princípio tributário da uniformidade geográfica.
37. Indique o tributo cujo fato gerador da obrigação revela certa peculiaridade no tocante ao aspecto temporal ou momento em que ele teria ocorrido para determinado fim:
- a) Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU);
 - b) Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores (IPVA);
 - c) Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR);
 - d) Imposto de Importação.
38. No sistema tributário brasileiro, é correto afirmar que :
- a) Existem a solidariedade ativa e a solidariedade passiva;

- b) A solidariedade pode decorrer da vontade das partes, comumente nos casos de constituição regular das sociedades comerciais em que se insere cláusula nesse sentido, quando ocorrer a sua extinção, fusão ou transformação;
- c) Somente é admitida solidariedade passiva;
- d) A solidariedade pode comportar o benefício da ordem.

39. Indique a hipótese em que a decadência, no direito tributário, distingue-se da decadência no direito privado:

- a) A decadência, no direito privado, faz perecer um direito pelo seu não exercício durante certo lapso de tempo; no direito tributário, nem sempre ocorre esse perecimento;
- b) A decadência, no direito tributário, é passível de suspensão; no direito privado, a decadência não a comporta;
- c) A decadência, no direito tributário, é passível de interrupção; no direito privado, não o é;
- d) A decadência, no direito tributário, pode ser declarada de ofício pelo juiz em atenção ao princípio consagrado no art. 5º, inciso XXXV, da Constituição Federal.

40. De acordo com o Código Tributário Nacional, a legislação tributária que disponha sobre dispensa do cumprimento de obrigações tributárias acessórias, deve ser interpretada:

- a) De forma mais benigna ao contribuinte;
- b) Com observância dos princípios gerais de direito;
- c) Sob o método teleológico;
- d) Literalmente.

GRUPO II - ECONÔMICO, CIVIL, PROCESSUAL CIVIL

41. Na chamada economia descentralizada, é correto dizer que:

- a) O Estado exerce somente uma intervenção indireta e global, respeitando a liberdade de decisão e de formação de preços;
- b) A intervenção do Estado é direta e suas prescrições imperativas;
- c) Podem conviver a justaposição de um setor público a um setor privado e a justaposição do setor privado a um setor público;
- d) Embora os agentes econômicos atuem com grande liberdade, predominam as injunções do setor público.

42. A Constituição Federal, no título da ordem econômica e financeira, adota o padrão:

- a) Liberal em que predomina exclusivamente a liberdade de iniciativa;
- b) Social;
- c) Coletivista;
- d) Corporativista.

43. Pelo texto constitucional vigente, a exploração estatal direta da atividade econômica:

- a) É a regra;
- b) É subsidiária;
- c) Em hipótese alguma é permitida dado o tipo de economia adotado;
- d) Pode ser livremente partilhada entre os setores público e privado.

44. Sob os auspícios dos princípios da livre concorrência e da liberdade de iniciativa, consagrados pela ordem econômica vigente, é correto dizer que:

- a) O capital estrangeiro ou pessoas jurídicas estrangeiras podem ser excluídos de algum ou de alguns setores da atividade econômica nacional;
- b) A União não detém mais monopólio;
- c) Às empresas brasileiras de capital nacional é dada preferência na aquisição de bens e serviços;
- d) Permanece, ainda que tenuemente, a distinção entre empresa brasileira e empresa brasileira de capital nacional para outros efeitos que não os de concessão de proteção e benefícios.

45. De acordo com a Lei Magna, o monopólio estatal:

- a) Não pode ser estabelecido por lei federal;
- b) Pode ser estabelecido por lei federal a fim de organizar setor que não possa desenvolver-se com eficácia sob o regime de competição e de liberdade de iniciativa;
- c) Pode ser estabelecido por lei complementar quando indispensável por motivo de segurança nacional;
- d) Somente pode ser estabelecido por lei complementar para atribuir aos Estados-membros a exploração direta, ou mediante concessão, de serviços locais considerados essenciais.

46. Constitui expressão da soberania econômica nacional:

- a) A preservação do monopólio estatal;
- b) A proteção do consumidor;
- c) Distinguir empresa brasileira da empresa estrangeira a fim de conferir àquela a reserva de participação em certos setores mesmo não considerados de relevante interesse coletivo;
- d) A integração do mercado interno ao patrimônio nacional.

47. Conforme o direito positivo brasileiro, o consumidor:

- a) É a pessoa física que adquire ou utiliza o produto ou serviço como destinatário final a merecer a proteção estatal;
- b) É a pessoa física ou jurídica que adquire ou utiliza o produto ou o serviço, como destinatário final;
- c) Pode ser o intermediário que adquire o bem e o revende;
- d) Não pode ser o Estado, que, por suficientemente forte, não detém a dupla condição de protetor do consumidor e de consumidor ele mesmo, simultaneamente.

48. Assinale o indício ou indícios de atividade econômica cartelizada:

- a) Venda de produtos sem margem de lucro;
- b) Pluralidade de agentes econômicos num certo setor, praticando preços idênticos ou únicos;
- c) Oscilação, ora para mais, ora para menos, nos preços dos produtos desses setores;
- d) Os consórcios para a venda de produtos eletrodomésticos de certa marca.

49. Além dos tipos tradicionais de condutas infringentes da ordem econômica, a lei 8.884/94 erigiu também em prática ilícita:

- a) Venda abaixo do preço de custo;
- b) Aumento de lucros;
- c) Promoção de conduta concertada;
- d) Redução, em larga escala, da produção.

50. A simples liderança de preços em atividade econômica oligopolizada constitui indício:

- a) De prática abusiva do poder econômico;
- b) De prática abusiva do poder econômico se se inferir ocorrência de colusão;

- c) Somente constitui conduta ilícita penal econômica se as demais empresas do setor não aderirem ao preço líder;
d) Nenhuma alternativa é verdadeira.
51. Falecendo um dos credores solidários que deixa dois herdeiros necessários:
- a) Qualquer dos herdeiros pode sempre exigir e receber o crédito integralmente;
b) Qualquer dos herdeiros pode sempre exigir e receber integralmente a parte que no crédito cabia ao de cujus;
c) Cada herdeiro, ainda que se trate de obrigação indivisível, só pode exigir e receber a cota do crédito que corresponder ao seu quinhão hereditário;
d) Nenhuma das alternativas anteriores.
52. A Exceptio non adimpleti contractus:
- a) É irrenunciável;
b) Pode ser argüida ainda que o contrato contenha a cláusula solve et repete;
c) Há hipótese de prestações sucessivas, pode ser argüida excepcionalmente pelo contratante que deve prestar em primeiro lugar;
d) Nenhuma das alternativas anteriores.
53. O gestor de negócios responde pelo caso fortuito:
- a) Mesmo que não tenha preterido os interesses do dono do negócio por amor dos seus;
b) Quando realizar operações arriscadas semelhantes às que o dono do negócio costumeiramente realizava;
c) Se a gestão for iniciada contra a vontade manifesta ou presumível do dono do negócio, sendo irrelevante a prova de que o caso fortuito teria sobrevindo ainda que se houvesse absterido.;
d) Nenhuma das alternativas anteriores.
54. No contrato de fiança, o fiador :
- a) Pode sempre invocar o benefício de ordem;
b) Fica desonerado da obrigação sempre que o credor conceder moratória ao devedor;
c) Pode desonerar-se da fiança que tiver assumido sem limitação de tempo, ficando desobrigado, inclusive, dos efeitos da fiança anteriores ao ato amigável ou à sentença de exoneração;
d) Nenhuma das alternativas anteriores.
55. No direito brasileiro, havendo comoriência:
- a) Presume-se que o comoriente do sexo feminino precedeu ao do sexo masculino;
b) Presume-se que o comoriente de maior idade precedeu ao de menor idade;
c) Há a presunção jure et de jure da simultaneidade das mortes;
d) Há a presunção juris tantum da simultaneidade das mortes.
56. A troca de bens de valores iguais entre ascendentes e descendentes, sem o assentimento expresso dos outros descendentes:
- a) É anulável;
b) É válida;
c) É nula;
d) É apenas ineficaz em relação aos demais descendentes.
57. É decadencial o prazo:

- a) Das ações quanti minoris e redibitória;
 - b) Da ação do segurado contra o segurador e vice-versa;
 - c) Da ação do advogado para o recebimento dos seus honorários;
 - d) Nenhuma das alternativas anteriores.
58. No direito brasileiro, as arras em dinheiro:
- a) Sempre devem ser restituídas quando o contrato for concluído;
 - b) Consideram-se, em qualquer hipótese, princípio de pagamento;
 - c) Na inexistência de estipulação em contrário, consideram-se princípio de pagamento;
 - d) Nenhuma das alternativas anteriores.
59. O erro quanto à pessoa:
- a) Acarreta necessariamente a invalidade do negócio jurídico;
 - b) Não gera qualquer consequência relativamente à validade do negócio jurídico;
 - c) Permite que o juiz, ao tomar conhecimento do negócio jurídico, pronuncie incidentalmente a sua invalidade;
 - d) É irrelevante sempre que, pelo contexto e pelas circunstâncias do negócio jurídico, se puder identificar a pessoa cogitada.
60. O parentesco por afinidade:
- a) Tem fundamento tanto no casamento válido como no chamado casamento putativo;
 - b) Existe apenas entre o cônjuge e os parentes consanguíneos do outro;
 - c) Não impede o casamento entre afins em linha reta se o vínculo for ilegítimo;
 - d) Extingue-se, na linha reta, com a dissolução do casamento que o originou.
61. A existência de vício ou defeito oculto em coisa objeto de contrato comutativo:
- a) Não gera responsabilidade ao alienante que ignorava a existência do vício ou defeito;
 - b) Somente importa em responsabilidade do alienante se a garantia estiver prevista no contrato;
 - c) A responsabilidade do alienante persiste mesmo que a coisa pereça em poder do adquirente por vício oculto não existente ao tempo da tradição;
 - d) Obriga o alienante que conhecia o vício ou defeito a restituir o que recebeu com perdas e danos.
62. O casamento nuncupativo:
- a) Só será válido se realizado perante a autoridade competente, que poderá dispensar os documentos exigidos na habilitação bem como o edital de proclamas;
 - b) Somente é admitido quando algum dos contraentes estiver em iminente risco de vida, hipótese em que, independentemente da presença da autoridade competente para presidir o ato, pode ser celebrado na presença de seis testemunhas, desde que estas não tenham parentesco na linha reta com os nubentes;
 - c) Não é admitido no direito brasileiro;
 - d) Nenhuma das alternativas anteriores.
63. Em matéria de responsabilidade civil por ato ilícito é correto afirmar-se:
- a) É dispensável, em algumas hipóteses, a existência do nexo causal entre o ato ou fato e o dano;
 - b) O chamado dano indireto confunde-se com lucro cessante;
 - c) Não é necessário que o ato do responsável seja a causa exclusiva do dano;
 - d) Todas as alternativas anteriores.

64. A responsabilidade do proprietário na hipótese de queda, em lugar indevido, de coisas colocadas em uma casa:
- a) Independe da culpa do proprietário;
 - b) Obedece ao mesmo princípio da responsabilidade do proprietário pelo arruinamento de edifício ou construção;
 - c) Depende da prova de tratarem-se de coisas perigosas;
 - d) Inexiste no direito brasileiro, que se afastou da tradição romana da actio de effusis et ejectis.
65. Considerando-se os direitos reais na coisa alheia e os de garantia, é correto afirmar-se que:
- a) Levando-se em conta a função de cada um deles, os de garantia são acessórios enquanto que os direitos reais na coisa alheia são autônomos;
 - b) A anticrese, o uso e a habitação são direitos reais na coisa alheia;
 - c) O penhor, a hipoteca e a renda constituída sobre imóvel são direitos reais de garantia;
 - d) Todas as alternativas anteriores.
66. Em ação de conhecimento, resultando incontroversos os fatos afirmados pelo autor na petição inicial em razão da admissão pelo réu como verdadeiros, o juiz :
- a) Deve julgar a ação procedente;
 - b) Deve declarar extinto o processo com julgamento de mérito, porque a conduta do réu importa em reconhecimento do pedido;
 - c) Pode julgar procedente ação reivindicatória de imóvel em que o autor não apresentou certidão do respectivo registro imobiliário, visto que o comportamento do réu caracteriza confissão;
 - d) Nenhuma das alternativas anteriores.
67. Contra acórdão não unânime de Tribunal Regional Federal que, fundamentado exclusivamente em norma constitucional que interpretou de maneira divergente de outros tribunais, concede mandado de segurança de sua competência originária, deve o vencido interpor:
- a) Recurso ordinário;
 - b) Recurso extraordinário;
 - c) Recurso especial;
 - d) Embargos infringentes.
68. No processo de execução o credor:
- a) Pode desistir de toda a execução, mas não pode dispensar algumas medidas executivas;
 - b) Não pode desistir da execução depois de ofertados embargos do devedor;
 - c) A desistência da execução acarreta sempre a extinção dos embargos do devedor que versarem exclusivamente sobre questões processuais, devendo o credor-desistente pagar as custas e os honorários advocatícios;
 - d) A desistência da execução acarreta sempre a extinção dos embargos do devedor, independentemente da concordância do embargante.
69. Na liquidação por arbitramento e na liquidação por artigos:
- a) O juiz, ao despachar a inicial, nomeará desde logo o perito e fixará prazo para a entrega do laudo;
 - b) A citação do réu não pode ser efetuada na pessoa de seu advogado constituído nos autos;
 - c) A citação do réu far-se-á na pessoa de seu advogado constituído nos autos, independentemente da existência de procuração com poderes especiais;
 - d) Nenhuma das alternativas anteriores.

70. Falecendo o devedor, o credor:
- a) Pode requerer a sua habilitação no inventário ainda que a dívida, líquida e certa, não esteja vencida;
 - b) Tem direito à adjudicação dos bens que foram separados no inventário para o seu pagamento, independentemente da concordância das demais partes;
 - c) Pode, em qualquer hipótese, ter o seu pedido de habilitação no inventário impugnado por legatário;
 - d) Se a dívida constar de documento que comprove a obrigação, a impugnação das partes sempre impede que o juiz determine a reserva, em poder do inventariante, de bens suficientes para o respectivo pagamento.
71. Assinale a alternativa correta:
- a) As declarações constantes de documento particular, presumem-se verdadeiras em relação ao signatário e às pessoas nelas mencionadas;
 - b) O documento particular que contiver declaração de ciência, relativa a determinado fato, faz prova da declaração mas não do fato declarado;
 - c) O documento particular que contiver declaração de ciência, relativa a determinado fato, faz prova da declaração e, se subscrito por duas testemunhas, também do fato declarado;
 - d) Em nenhuma hipótese pode ser considerado autor do documento particular quem não o assinou.
72. Na ação que tenha por objeto o cumprimento de obrigação de fazer ou não fazer:
- a) O juiz, se considerar impossível a tutela específica, deve converter necessariamente a obrigação em perdas e danos;
 - b) Se procedente o pedido, o juiz deve determinar providências que assegurem o resultado prático equivalente ao do adimplemento;
 - c) O juiz somente pode impor multa diária ao réu para a hipótese de descumprimento da sentença se houver pedido do autor;
 - d) Nenhuma das alternativas anteriores.
73. Assinale a alternativa correta:
- a) Quando o julgamento recair sobre relação jurídica condicional a sentença poderá ser condicional;
 - b) Quando a sentença rejeita em parte o pedido do autor diz-se que é citra petita;
 - c) Ainda que o autor formule pedido líquido, o juiz não está impedido de proferir sentença ilíquida;
 - d) O juiz, independentemente de pedido da parte, pode alterar a sentença depois de publicada para corrigir inexatidões materiais.
74. Havendo litisconsórcio passivo entre a União e uma autarquia federal em ação ordinária:
- a) O prazo para a contestação é contado em dobro a partir da última citação;
 - b) Cada uma das rés terá o prazo em quádruplo para contestar a partir das respectivas citações;
 - c) Uma vez efetivada a citação de uma das rés o autor não mais poderá desistir da ação em relação à ré que ainda não foi citada enquanto não se opere a citação da mesma;
 - d) Nenhuma das alternativas anteriores.
75. Qualificam-se como exceções substanciais:
- a) As alegações de litispendência, coisa julgada e perempção;
 - b) As alegações de decadência, prescrição e compromisso arbitral;

- c) As alegações de compensação, novação e exceção de contrato não cumprido;
- d) As alegações de falta de instrumento público essencial à prova do ato, de renúncia ao direito em que se funda a ação e a alegação do obrigado de que a satisfação da sua prestação depende do cumprimento da contraprestação do credor.

76. Em ação de reintegração de posse movida por Tício em confronto com Mévio:

- a) Mévio, possuidor direto, pode denunciar a lide a Caio, possuidor indireto;
- b) Caio, possuidor indireto, pode ingressar no processo como assistente litisconsorcial de Mévio, possuidor direto;
- c) Mévio, detentor, pode nomear à autoria Caio, possuidor indireto;
- d) Todas as alternativas anteriores.

77. O devedor:

- a) Pode ajuizar ação de repetição de indébito para reaver o que pagou indevidamente se não embargou a execução;
- b) Só pode obter a desconstituição do título executivo através dos embargos do devedor;
- c) Não pode validamente alienar o bem penhorado;
- d) Nenhuma das alternativas anteriores.

78. Ocorre substituição processual quando :

- a) O cessionário da coisa litigiosa obtém o consentimento da parte contrária e passa a ocupar a posição da parte cedente;
- b) O juiz defere o pedido do adquirente ou cessionário, que passa a intervir como assistente do cedente ou do alienante da coisa;
- c) O juiz excluir do processo o detentor da coisa litigiosa prosseguindo a ação reivindicatória contra o proprietário da coisa;
- d) O alienante ou cessionário da coisa litigiosa continua ocupando a posição de parte no processo em face da impugnação da outra parte.

79. O prazo para a contestação do réu citado por edital começa a correr:

- a) A partir do primeiro dia útil seguinte ao da primeira publicação do edital;
- b) A partir do primeiro dia útil seguinte ao da última publicação do edital;
- c) A partir da data em que se certificar nos autos que os editais foram publicados;
- d) A partir do primeiro dia útil seguinte ao término da dilação temporal fixada no edital.

80. Segundo a doutrina de Chiovenda, a função jurisdicional distingue-se essencialmente da função administrativa:

- a) Pelo critério da substitutividade;
- b) Pelo caráter indelegável da função;
- c) Pela publicidade dos atos processuais e pela coisa julgada;
- d) Pelo escopo de atuação da lei ao caso concreto.

GRUPO III - ELEITORAL, PENAL, PROCESSUAL PENAL

81. A soberania popular é exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, podendo ser candidatos a cargos eletivos:

- a) Os brasileiros natos ou naturalizados inscritos como eleitores, filiados a Partidos Políticos e no pleno exercício dos direitos políticos;
- b) Somente os brasileiros natos no pleno exercício dos direitos políticos;

- c) Os brasileiros natos ou naturalizados que preencham as condições do item a e, além disso, tenham a idade mínima para o cargo pretendido, domicílio eleitoral na circunscrição e não sejam analfabetos ou inelegíveis, ressalvados os cargos privativos de brasileiro nato;
- d) Os brasileiros natos ou naturalizados inscritos como eleitores, filiados a Partidos Políticos e no pleno exercício dos direitos políticos, desde que não sejam analfabetos, tenham a idade mínima para o cargo pretendido e domicílio eleitoral na circunscrição.

82. São inelegíveis:

- I. Os analfabetos, os estrangeiros e, durante o período do serviço militar obrigatório, os conscritos;
- II. No território da jurisdição do titular, os parentes consangüíneos ou afins, até o segundo grau ou por adoção, do Vice-Prefeito ou do Vice-Governador que tenham substituído o Chefe do Executivo dentro dos seis meses anteriores ao pleito, salvo se já titular de mandato eletivo e candidato à reeleição;
- III. Para os mesmos cargos de Presidente da República, Governadores de Estado e do Distrito Federal, e Prefeitos, os que os tiverem exercido em qualquer época e os titulares ou quem os houver sucedido ou substituído no período de seis meses anteriores ao pleito;
- IV. Os que incidirem nas hipóteses previstas em lei complementar, visando a proteger a probidade na administração pública, a moralidade no exercício do mandato, considerada a vida pregressa do candidato, e a normalidade das eleições contra o abuso do poder econômico ou de autoridade.

Analisando as assertivas acima, pode-se afirmar que :

- a) Todas estão corretas;
- b) Somente as de números I e IV estão corretas;
- c) Estão corretas apenas as de números II e III;
- d) As de números I, II e IV estão corretas.

83. De acordo com a Constituição Federal e a lei de regência vigente, os partidos políticos:

- a) Adquirem personalidade jurídica ao registrar seus atos constitutivos no Cartório de Registro Civil, passando a ter plena capacidade para funcionamento, podendo promover a filiação partidária, organizar diretórios, registrar candidatos e participar de eleições majoritárias e proporcionais;
- b) Após adquirirem personalidade jurídica, nos termos da lei civil, devem obter, preenchidos os requisitos legais, o registro no Tribunal Superior Eleitoral para adquirir capacidade jurídica para funcionamento, devendo, para tanto, comprovar o seu caráter nacional mediante o apoio de eleitores correspondente a, pelo menos, meio por cento dos votos dados na última eleição para a Câmara dos Deputados, não computados os votos em branco e os nulos, distribuídos por um terço, ou mais, dos Estados, com um mínimo de um décimo por cento do eleitorado que haja votado em cada um deles;
- c) Tendo em vista a autonomia constitucional para definir sua estrutura interna, organização e funcionamento, não precisam registrar diretórios municipais ou estaduais na Justiça Eleitoral, nem encaminhar à mesma fichas de filiação partidária ou os nomes de seus delegados;
- d) Podem fundir-se ou incorporarem-se livremente independentemente de qualquer procedimento ou registro perante a Justiça Eleitoral, tendo em vista a liberdade de associação para fins lícitos e sua autonomia constitucional.

84. O alistamento eleitoral e o voto:

- a) São obrigatórios para todos os brasileiros maiores de dezoito anos no pleno exercício de sua cidadania, com exceção apenas das hipóteses de incapacidade civil absoluta ou condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos;

- b) São facultativos nas hipóteses de eleições proporcionais, devido ao grande número de legendas partidárias, não cabendo a escusa nas eleições majoritárias;
- c) São obrigatórios no domicílio do interessado, devendo ainda o eleitor votar em trânsito ou na sua residência em urna especial confeccionada pela Justiça Eleitoral se se tratar de analfabeto ou maior de setenta anos;
- d) São facultativos para os maiores de setenta anos, os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos e os analfabetos.

85. As eleições, segundo a Constituição, são realizadas:

- I. Pelo sistema proporcional para Deputados Federais, Deputados Estaduais e Vereadores, salvo no Distrito Federal em que os Deputados são eleitos pelo sistema distrital;
- II. Segundo o princípio majoritário para o Senado Federal, para Presidente da República, Governadores de Estados e Prefeitos Municipais, havendo, em qualquer dos casos, segundo turno, se nenhum dos candidatos alcançar a maioria absoluta na primeira votação, não computados os votos em branco e os nulos;
- III. Pelo sistema distrital misto para Deputados Federais e Estaduais, sendo metade das vagas preenchidas pelo voto proporcional em todo o Estado e a outra metade pelo voto majoritário em cada distrito.
- IV. Somente se lhes aplicando a lei que altere o processo eleitoral se vigente há mais de um ano antes da data de sua realização.

Analisando as asserções acima, pode-se afirmar que:

- a) Somente as de números I e II estão corretas;
- b) As de números II, III e IV estão corretas;
- c) Apenas a de número IV está correta;
- d) As de números I, II e IV estão corretas.

86. O registro de candidato, nas eleições majoritárias ou proporcionais:

- I. Poderá ser impugnado, em petição fundamentada, por Partido Político, Coligação ou pelo Ministério Público;
- II. Será cassado se, antes da eleição, for julgada procedente representação contra o candidato beneficiado por abuso de poder econômico ou de poder de autoridade;
- III. Poderá ser impugnado por inelegibilidade ou por falta de alguma das condições de elegibilidade;
- IV. Não mais poderá ser impugnado após exaurido o prazo legal, restando preclusa a matéria, salvo se se tratar de inelegibilidade de natureza constitucional.

Analisando as assertivas acima, pode-se afirmar que :

- a) Apenas as de números I, III e IV estão corretas;
- b) Estão corretas as de números I e II;
- c) Somente as de números II, III e IV estão corretas;
- d) Todas estão corretas.

87. A propaganda eleitoral:

- a) No rádio e na televisão é gratuita apenas para os Partidos Políticos com representação no Congresso Nacional;
- b) É fiscalizada pela Justiça Eleitoral, sendo assegurado direito de resposta ao ofendido em casos de calúnia, injúria ou difamação pela imprensa, rádio ou televisão;
- c) Não pode incluir críticas políticas à administração governamental ou à atuação de candidatos na vida pública, por violar a honra e a imagem das pessoas, o que é vedado pela Constituição;

d) Pode ser objeto de censura prévia pela Justiça Eleitoral, no exercício do seu poder de polícia, a fim de garantir a segurança e a ordem pública durante a realização do pleito.

88. Das decisões dos Tribunais Regionais Eleitorais:

I. cabe recurso ordinário para o Tribunal Superior Eleitoral, nas hipóteses de inelegibilidade ou expedição de diplomas nas eleições federais, estaduais e municipais, e ainda quando denegarem habeas corpus, mandado de segurança, habeas data ou mandado de injunção

II. Cabe recurso especial para o Tribunal Superior Eleitoral, se proferidas contra expressa disposição de lei ou da Constituição e ainda em casos de divergência jurisprudencial entre dois ou mais Tribunais Eleitorais

III. Não cabe recurso ordinário ou especial para o Tribunal Superior Eleitoral se se tratar de questões de fato, envolvendo produção de provas, salvo se houver ofensa à Constituição, hipótese em que caberá ainda recurso extraordinário para o Supremo Tribunal Federal

IV. Não cabe recurso especial para o Tribunal Superior Eleitoral para simples reexame de provas ou se a matéria não tiver sido objeto de prequestionamento na Corte de origem

Analisando as asserções acima, pode-se afirmar que:

- a) As de números I e II estão corretas;
- b) Estão corretas as de números III e IV;
- c) Todas estão corretas;
- d) Apenas as de números II e IV estão corretas.

89. O mandato eletivo poderá ser invalidado:

a) Por meio de recurso contra a expedição do diploma, se concedido em manifesta contradição com a prova dos autos, nas hipóteses de votação viciada de falsidade, fraude e coação;

b) Por representação julgada procedente cominando ao candidato a sanção de inelegibilidade após a eleição;

c) Por meio de ação de impugnação de mandato, proposta no prazo de quinze dias contados da diplomação, que tramitará em segredo de justiça, instruída com provas de abuso de poder econômico, corrupção ou fraude;

d) Através de ação popular por corrupção e improbidade administrativa do candidato eleito, já empossado e no exercício do cargo, ou ainda pelo voto da maioria dos eleitores na circunscrição eleitoral que o elegeu.

90. O desmembramento, a fusão, a incorporação ou a criação de municípios somente poderá se efetivar:

I. Mediante plebiscito organizado pela Justiça Eleitoral, no qual será feita consulta prévia à população do Estado, obedecidos os requisitos estabelecidos em lei complementar federal;

II. Preservando-se a continuidade e a unidade histórico-cultural do ambiente urbano;

III. Com a autorização prévia da Assembléia Legislativa do Estado, após ouvidos os órgãos técnicos competentes sobre a renda mínima e a população da área, seguida de plebiscito para consulta às populações diretamente interessadas, organizado pela Justiça Eleitoral;

IV. Por lei estadual, preenchidos os requisitos previstos em lei complementar estadual, dependendo de consulta prévia às populações diretamente interessadas, mediante plebiscito organizado pela Justiça Eleitoral.

Analisando as assertivas acima, pode-se afirmar que:

- a) Estão corretas as de números I e II;
- b) As de números II, III e IV estão corretas;
- c) Estão corretas apenas as de números II e IV;
- d) Somente as de números I e III estão corretas.

91. J, parlamentar, lança livro sobre o trabalho que realizou em determinada C.P.I. T, servidor público, sentindo-se difamado, processa J:

- a) Há imunidade formal, porque se necessita de licença da respectiva Casa do Parlamento ao processo-crime contra J;
- b) Há imunidade substancial;
- c) Não há imunidade substancial porque o evento não tem relação direta com o desempenho parlamentar;
- d) Nenhuma das opções.

92. O agente diplomático – adido cultural – que comete fato punível no país onde foi acreditado:

- a) Sujeita-se ao processo-crime;
- b) Está isento de pena;
- c) Há exclusão de jurisdição;
- d) Nenhuma das opções.

93. C, agente envolvido no combate à repressão política no país A, sabidamente torturou e matou brasileiro que estava em território do país A, cursando estudos universitários :

- a) Mesmo que C tenha sido absolvido aplica-se a lei penal brasileira, presente o princípio da defesa;
- b) Mesmo que C tenha sido absolvido aplica-se a lei penal brasileira, pelo princípio da justiça penal universal;
- c) Mesmo que C tenha sido absolvido aplica-se a lei penal brasileira, pelo princípio da representação;
- d) Nenhuma das opções.

94. A e B tiram a vida de C que, minutos antes, zombara e perpetrara injúria real contra A, esbofeteando-o para desmoralizá-lo. Praticam o homicídio por meio que tornou impossível a defesa de C, quando este dera de costas aos dois, retirando-se do lugar:

- a) Ambos perpetram homicídio privilegiado;
- b) Ambos perpetram homicídio qualificado que, no caso, não se compatibiliza com o homicídio privilegiado;
- c) Há excesso doloso na legítima defesa;
- d) Nenhuma das opções.

95. J tem contra si denúncia recebida, no dia 15.12.80, por furto que realizara aos 5.8.78. É condenado a 1 ano de reclusão aos 8.8.82. Apela, e aos 7.8.86 o tribunal confirma a sua pena:

- a) Há a prescrição retroativa;
- b) Há a prescrição retroativa intercorrente;
- c) Há a prescrição da pretensão executória;
- d) Não há prescrição, no caso.

96. H, empregado da caixa econômica federal, em Brasília, com o concurso de Y, biscateiro, arrombaram agência da caixa econômica onde H trabalha, de lá apropriando-se de várias jóias, em penhor:

- a) Praticam ambos (co-autoria) o delito do artigo 312, caput, na modalidade de apropriar-se;
- b) Praticam ambos o delito de furto qualificado;
- c) Praticam ambos o delito de peculato-furto;
- d) H comete peculato-furto, e Y furto qualificado.

97. J, empregado de sociedade de economia mista em que a União Federal tem participação acionária, apropria-se de verbas públicas com o intuito de satisfazer-se da exata importância de que é credor da empresa, por diárias não recebidas. J:

- a) Comete peculato;
- b) Comete apropriação indébita;
- c) Comete desvio irregular de verbas públicas;
- d) Nenhuma das opções.

98. B acertara com C que, às 02:00 hs, passaria pelo local 2, para garantir-lhe a fuga do furto noturno que C realizaria na agência da Caixa Econômica Federal:

- a) B e C são co-autores de furto qualificado;
- b) C é autor e B partícipe do furto qualificado;
- c) C é autor do furto qualificado e B realiza favorecimento pessoal;
- d) C é autor do furto qualificado, e B realiza favorecimento real.

99. A, B, C e D, em ajuste eventual subtraem a carteira de J, em um bar, sem que este isto perceba. J retira-se e, incontinentemente, A, B, C e D, ajustados em comunhão de desígnios, sob a ameaça de revólveres, subtraem as carteiras de Y e Z.

- a) Todos respondem por furto e roubos em continuidade delitiva;
- b) Todos respondem por furto e roubos em continuidade delitiva, sob a forma de quadrilha;
- c) Há concurso material do furto, com os roubos em concurso formal;
- d) Há concurso material de furto, com os roubos em concurso formal, sob forma de quadrilha.

100. X representa administrativamente contra S. Disto decorre formal sindicância que é arquivada, evidenciada a gratuidade da representação de X:

- a) Comete denúncia caluniosa;
- b) Não comete denúncia caluniosa porque o arquivamento tornou inócuo o evento;
- c) Não comete denúncia caluniosa adotado o princípio da insignificância do fato em si;
- d) Nenhuma das opções.

101. J tratara com T a aquisição de substância entorpecente. O agente federal H, disto sabedor, acompanha contatos subseqüentes entre ambos e, quando J vai receber a droga de T, interrompe o instante, prendendo-os :

- a) J e T têm, ainda, as respectivas condutas no conatus remotus;
- b) J e T cometem o delito de tráfico de entorpecentes, na modalidade consumada;
- c) J e T cometem delito de tráfico de entorpecentes, na modalidade tentada;
- d) Há flagrante preparado.

102. J, em documentação impressa, declara situação não conforme à verdade. Dias após, temeroso, logra destruir tal documento, desconhecendo que do mesmo cópia havia sido tirada pelo serviço público ante o qual o usara, tendo também tempos após servidor público constatado, após minuciosa análise, a inverdade:

- a) J só comete o delito de falso ideológico;
- b) J comete o delito de falso ideológico e supressão de documento, em concurso material;
- c) J comete o delito de falso ideológico em concurso formal com o uso de documento; e supressão de documento, este em concurso material com os anteriores;
- d) J não comete crime algum de falso.

103. No crime de falso testemunho :

- a) Não cabe a co-participação;
- b) A que se integre o tipo penal mister a formalidade do compromisso de dizer a verdade;
- c) Necessária a concreção de resultado desfavorável, não se o reconhecendo se o Juiz menosprezar o depoimento à formação de sua convicção;
- d) Nenhuma das opções.

104. A, B, C e D apontam armas de brinquedo para o comerciante X. São acusados, e A logra o reconhecimento da prescrição da pretensão punitiva, dado que menor de 21 anos:

- a) Está desfigurado o crime de quadrilha, remanescendo o roubo qualificado;
- b) Permanece o crime de quadrilha, remanescendo o roubo qualificado;
- c) Remanesce o delito de quadrilha, presente também o roubo simples;
- d) Desfigura-se o delito de quadrilha, presente também o roubo simples.

105. Na fixação da pena:

- a) a pena-base deve estar sempre fundamentada;
- b) A atenuação legal pode por a pena aquém do mínimo legal;
- c) A causa de diminuição especial pode por a pena aquém do mínimo;
- d) Nenhuma das opções.

106. X, revel durante toda a instância de conhecimento, uma vez condenado apresenta-se para apelar:

- a) O Juiz limita-se aos atos procedimentais pertinentes à composição do arrazoado e contra-arrazoado recursal, fazendo, em seguida, subir os autos à instância recursal;
- b) O Juiz deve interrogar o réu e, se for o caso, pode redefinir a lide penal, prolatando nova decisão;
- c) O Juiz deve interrogar o réu e, depois, assumir os atos procedimentais para envio dos autos à instância recursal, vedada a alteração de seu decurso;
- d) Revelia é pena e, como tal, o Juiz não deve autorizar o processamento do apelo.

107. A, Procurador da República, com os autos de inquérito policial relatado, conclui pela incompetência do juízo federal para exame da questão e assim manifesta-se. O juiz federal C tem-se por competente, deve então:

- a) Encaminhar os autos a exame do Procurador Geral da Justiça (pedido de arquivamento indireto);
- b) Encaminhar os autos a outro Procurador da República, para oferecer a denúncia;
- c) Suscitar conflito de atribuições;
- d) Nenhuma das opções.

108. O Procurador da República S, com vista dos autos, apresenta quesitos à prova pericial, tendo sido este o único ato que titulou na ação penal, porque depois assumiu o cargo de juiz federal. Nesta situação funcional, os mesmos autos chegam-lhe e ele profere decisão condenatória, forte até mesmo na conclusão pericial:

- a) Há suspeição;
- b) Há impedimento;
- c) Não há impedimento;
- d) Não há suspeição.

109. Donald Triggs, cidadão inglês, entrou irregularmente em nosso território. Aqui desenvolvia lícita atividade, quando descoberta é sua condição irregular, além de ter-se formalizado, por parte

do Reino Unido, pedido de extradição, embora com o mesmo não tenha o Brasil tratado de extradição, nem o Reino Unido apresentara formal promessa de reciprocidade:

- a) A extradição cabe ser deferida, incidentalmente;
- b) A hipótese é de expulsão;
- c) A hipótese é de deportação;
- d) Triggs está em normal situação, ante os termos em que se pôs a situação-problema, pois que de mera irregularidade de permanência não se extrai efeitos jurídicos.

110. Y, prefeito municipal, é acusado de mandante do homicídio de seu adversário político J, em pleno período pré-eleitoral. Competente a processar e julgar Y é:

- a) O Tribunal de Justiça;
- b) O Tribunal de Júri;
- c) O Tribunal Regional Eleitoral;
- d) O Tribunal Regional Federal.

111. O princípio da não culpabilidade :

- a) Indispõe-se com a execução provisória, desautorizando-a;
- b) Concilia-se com a execução provisória;
- c) Autoriza que o réu pronunciado tenha seu nome lançado no rol dos culpados;
- d) Abroga o princípio inquisitório, marcante no procedimento do inquérito policial.

112. O defensor X, constituído pelo réu, foi devidamente intimado, pela publicação oficial, à apresentação das alegações finais. Não as apresenta. O juiz:

- a) Deve designar defensor ad hoc a oferecê-las;
- b) Julga a lide penal sem o conhecimento das alegações da defesa, presente o princípio da eventualidade;
- c) Julga a lide penal sem o conhecimento das alegações da defesa, porque no processo penal brasileiro vigora o princípio forma dat esse rei;
- d) Nenhuma das opções.

113. Deflui do monopólio do exercício da ação penal pública pelo Ministério Público:

- a) A necessidade de fundamentar o órgão do Parquet a requisição à abertura da ação penal pública;
- b) O princípio da indivisibilidade da ação penal;
- c) A impossibilidade da queixa-subsidiária, quando o Ministério Público manifestar-se pelo arquivamento;
- d) Nenhuma das opções.

114. O Juiz J, no ato de sentenciar, considera que no fato descrito na denúncia não se agregou a circunstância de que a subtração perfez-se com violência, portanto, não considera caracterizado o furto, mas o roubo:

- a) Há emendatio libelli;
- b) Só em caso de reconhecer qualificação do tipo penal é que o Juiz deve considerar o procedimento instituído à mutatio libelli;
- c) Se o Procurador da República, recebidos os autos do Juiz, insistir em manter a denúncia nos termos em que apresentada o Juiz deve julgar a pretensão como assim reiterada.
- d) Nenhuma das opções.

115. A exceção da verdade:

- a) É meio de defesa indireta do réu;
- b) Tem seu processamento mantido no Juízo natural, transferindo-se unicamente ao Colegiado o juízo de sua admissibilidade;
- c) A exceção, meio de defesa que é, e porque se exige plena a defesa, cabe seja argüida em todos os crimes contra a honra;
- d) Nenhuma das opções.

116. T logra em pleito de habeas-corporis anular a sentença por vício na fixação da pena:

- a) Está anulada unicamente a parte do decisum que fixou a sanção, mantida a conclusão condenatória;
- b) Pelo princípio da ne reformatio in pejus indireta a nova sanção pode ser aplicada além do que se fixara na decisão anterior anulada;
- c) Não se concilia o habeas-corporis com a discussão sobre critério de fixação da pena;
- d) O princípio da ne reformatio in pejus só condiz com anulação de sentenças condenatórias sujeitas ao crivo recursal por força de apelação (princípio da adequação recursal).

117. A 2ª turma do Supremo Tribunal Federal, por maioria, denegou ordem de habeas-corporis. Propicia-se ao defensor:

- a) Provocar o Pleno por embargos infringentes;
- b) Provocar o Pleno por recurso ordinário de habeas-corporis;
- c) Provocar o Pleno por reclamação;
- d) Nenhuma das opções.

118. A e B foram condenados a 5 anos e 4 meses de reclusão por roubo qualificado. A apela. B não. A tem sua pena reduzida, e reconhecida, por tal razão, a prescrição, porque se lhe fez incidir a atenuante da menoridade:

- a) A B estendem-se os efeitos do provimento do apelo pelo princípio da fungibilidade dos recursos;
- b) A B não se estendem os efeitos da decisão, se maior;
- c) A B estendem-se os efeitos da decisão porque o reconhecimento da prescrição constitui-se em situação objetiva;
- d) Não há o princípio da extensão dos efeitos recursais no processo penal brasileiro.

119. J foi absolvido, forte o magistrado no estado de necessidade exculpante. T, a vítima:

- a) Não pode ver-se representar pelo Ministério Público, que não mais tem legitimatio concorrente com a Defensoria Pública à actio civiles ex delicto;
- b) Permanece a legitimação concorrente tanto do Ministério Público quando da Defensoria Pública a tal mister;
- c) O reconhecimento do estado de necessidade exculpante faz coisa julgada no cível, tornando inócua o pleito indenizatório;
- d) O Juízo criminal pode, pelo sistema unitário que adotamos, estabelecer o quantum debeatur.

120. A, Procurador da República, manifesta desejo de apelar, protestando simultaneamente pela apresentação do arrazoado na instância recursal:

- a) O pleito é admissível à luz do artigo 600, § 4º, do CPP.;
- b) O protesto é inadmissível não se vislumbrando no termo apelante, presente no artigo 600, § 4º, do C.P.P., o órgão do Ministério Público Federal;
- c) O Procurador da República, pelo princípio do Promotor Natural, legitima-se a arrazoar o pleito em 2º grau;
- d) Só o Procurador Regional da República pode arrazoar o pleito em 2º grau.

GABARITO OFICIAL
14º CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE PROCURADOR DA
REPÚBLICA

GRUPO I		GRUPO II		GRUPO III	
Questão nº	Alternativa	Questão nº	Alternativa	Questão nº	Alternativa
01	D	41	A	81	C
02	B	42	B	82	D
03	C	43	B	83	B
04	A	44	A	84	D
05	A	45	A	85	C
06	C	46	D	86	D
07	C	47	B	87	B
08	D	48	B	88	D
09	B	49	C	89	C
10	C	50	B	90	C
11	C	51	D	91	B
12	C	52	C	92	C
13	B	53	B	93	D
14	B	54	D	94	A
15	C	55	D	95	B
16	C	56	B	96	B
17	D	57	A	97	D
18	D	58	C	98	A
19	C	59	D	99	C
20	D	60	ANULADA	100	D
21	A	61	D	101	B
22	C	62	D	102	A
23	D	63	C	103	D
24	C	64	A	104	C
25	C	65	A	105	C
26	B	66	D	106	C
27	A	67	B	107	D
28	B	68	C	108	C
29	B	69	C	109	C
30	A	70	A	110	A
31	A	71	B	111	B
32	C	72	B	112	ANULADA
33	B	73	D	113	D
34	C	74	D	114	D
35	B	75	C	115	D
36	C	76	D	116	A
37	D	77	A	117	D
38	C	78	ANULADA	118	B
39	C	79	D	119	A
40	D	80	A	120	B